

DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP) COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

OTÁVIO ALVES SIMÕES¹; **VITORIA FERNANDES ROSA²**; **HENRIQUE RADMANN SCAGLIONI³**; **CLÁUDIO BECKER⁴**

¹*Universidade Federal de Pelotas – otaviosimoes.dp@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – gavitoriafernandesrosa@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – henriquescaglioni1999@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – claudio.becker@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é uma metodologia amplamente utilizada na extensão rural e no planejamento do desenvolvimento territorial, especialmente em contextos de agricultura familiar, como relatam SILVA e NASCIMENTO (2015). Seu diferencial está na valorização do conhecimento local, na escuta ativa e na participação direta da comunidade em todas as etapas do processo diagnóstico. De acordo com BRANDÃO e CASTRO (2017), trata-se de uma importante ferramenta no qual, a comunidade sente-se valorizada. Neste sentido, o DRP busca romper com modelos tradicionais, centrados na imposição de soluções externas, e fortalecer a autonomia das comunidades no enfrentamento de seus desafios socioeconômicos.

A área da assistência técnica e extensão rural no Brasil tem passado por importantes transformações desde a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que reforça a necessidade de metodologias participativas e inclusivas (BRASIL, 2006). A construção coletiva do conhecimento e o protagonismo das comunidades rurais são, portanto, elementos centrais para a promoção de um desenvolvimento sustentável entendido como um modelo de desenvolvimento que busca conciliar o crescimento econômico, a preservação ambiental e a justiça social, garantindo as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (FREIRE, 1987; VERDEJO, 2006).

A proposta do DRP está alinhada a essa nova perspectiva de desenvolvimento sustentável e participativo ao estimular diálogo entre técnicos e moradores, reconhecendo os saberes locais como legítimos e fundamentais para o planejamento de ações. Por exemplo, o governo ao ter interesse de implementar uma política pública, deve consultar a comunidade a ser atendida, entendendo de fato o que eles necessitam. A literatura aponta que o DRP surgiu como alternativa aos diagnósticos convencionais e à transferência de tecnologias descontextualizadas, características dos modelos adotados nas décadas de 1960 e 1970 (CHAMBERS, 1994). Sua evolução histórica demonstra o esforço por metodologias mais horizontais e sensíveis à diversidade cultural, econômica e ambiental dos territórios rurais. O uso de ferramentas como mapas, calendários, entrevistas com escuta ativa e observação participante permite uma leitura mais rica e precisa da realidade local (BRASIL, 2006), fomentando a autogestão e o engajamento social.

No Rio Grande do Sul, destaca-se a atuação da Emater/RS - Ascar, que tem aplicado o DRP em diversas regiões, com destaque para o município de Canguçu, reconhecido como a “Capital Nacional da Agricultura Familiar”. Em 2023, a Emater

local atendeu mais de 2.300 famílias em 141 localidades, com ações voltadas à capacitação de agricultores familiares, ao incentivo ao autoconsumo, ao desenvolvimento da agroindústria e ao planejamento produtivo participativo. A metodologia do DRP foi central nesse processo, possibilitando o reconhecimento das potencialidades locais e o fortalecimento da organização comunitária (EMATER/RS, 2024).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo discutir a relevância do Diagnóstico Rural Participativo como ferramenta metodológica para o desenvolvimento territorial sustentável, com ênfase na agricultura familiar. Busca-se compreender como a aplicação do DRP contribui para o fortalecimento da autonomia das comunidades, a partir da identificação de seus problemas, potencialidades e prioridades. A investigação é fundamentada em referências bibliográficas clássicas, com destaque para autores como VERDEJO (2006), FREIRE (1987), CHAMBERS (1994), bem como documentos institucionais da Emater/RS-Ascar e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A escolha do tema justifica-se pela importância de metodologias participativas na construção de políticas públicas mais eficazes e democráticas no meio rural. Considerando os desafios enfrentados pelas comunidades rurais no acesso a serviços, renda, infraestrutura e reconhecimento institucional, o DRP se apresenta como uma estratégia promissora para fomentar o diálogo entre saberes, a inclusão social e a ação transformadora no campo.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque descritivo e exploratório, utilizando o método de análise bibliográfica. A escolha por essa abordagem se justifica pelo objetivo central do estudo: compreender e discutir o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como uma ferramenta metodológica aplicada ao desenvolvimento territorial sustentável, com foco na agricultura familiar. A pesquisa bibliográfica envolveu a seleção de materiais relevantes e atualizados, como o guia prático elaborado por VERDEJO (2006), além de textos de referência como CHAMBERS (1994) e FREIRE (1987).

Os procedimentos adotados incluíram a leitura sistemática dos materiais selecionados, seguida da identificação das categorias centrais para análise: participação, diálogo de saberes, protagonismo comunitário, ferramentas participativas e planejamento territorial. A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando destacar os elementos estruturantes da metodologia do DRP e suas contribuições para agricultura familiar e a extensão rural.

Além disso, foram utilizados documentos oficiais da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater (MDA, 2006), que orientam a atuação dos agentes públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e reafirmam a importância das metodologias participativas no planejamento e execução de ações voltadas ao meio rural. Essa triangulação entre autores clássicos, documentos institucionais e literatura técnica permitiu consolidar um panorama consistente sobre a aplicação e os impactos do DRP em diferentes contextos.

Portanto, a metodologia adotada neste trabalho não visa apenas apresentar uma descrição teórica do DRP, mas refletir criticamente sobre sua aplicabilidade e importância no contexto da agricultura familiar brasileira. O enfoque qualitativo e a fundamentação bibliográfica permitem ampliar a compreensão sobre como o DRP

pode ser incorporado como uma prática transformadora nas políticas públicas e nos processos de desenvolvimento local.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa possibilitou a sistematização das principais características, princípios e ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Verificou-se que o DRP não se limita a uma metodologia de coleta de dados, mas constitui um processo de construção coletiva do conhecimento, que valoriza a centralidade dos agricultores e promove a autonomia das comunidades (FREIRE, 1987; VERDEJO, 2006).

Um dos resultados mais relevantes é a identificação da mudança de paradigma que o DRP promove na extensão rural: de uma prática impositiva para uma abordagem horizontal e participativa. As ferramentas utilizadas (mapas, calendários sazonais, entrevistas, análise de gênero, etc.) permitem uma leitura integrada da realidade rural, incluindo aspectos produtivos, sociais e ambientais (BRASIL, 2006; CHAMBERS, 1994).

A experiência recente da Emater/RS-Ascar em Canguçu reforça essas constatações. Em 2023, a instituição realizou oficinas e encontros participativos com mais de 2.300 famílias, utilizando o DRP para identificar prioridades locais e promover ações de autoconsumo, agroindustrialização, capacitação técnica e planejamento sustentável (EMATER/RS, 2024). A aplicação do DRP foi fundamental para mobilizar as comunidades e criar planos de ação mais aderentes às realidades locais.

O estudo mostra ainda que o DRP contribui para a promoção da cidadania rural, à medida que estimula o protagonismo de grupos historicamente excluídos dos processos decisórios, como mulheres, jovens, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, ou seja, motivando esses grupos a seguirem em frente. Esse enfoque inclusivo fortalece a democracia participativa e a efetividade das políticas públicas no campo.

A análise crítica dos instrumentos do DRP à luz das diretrizes da Pnater e das ações da Emater/RS demonstra que há grande potencial de institucionalização dessa metodologia como eixo estruturante da extensão rural pública e das políticas de desenvolvimento territorial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como uma proposta metodológica inovadora no campo da extensão rural e do desenvolvimento territorial. Sua principal contribuição está na superação de modelos tradicionais de intervenção, ao promover um processo centrado na escuta, na valorização dos saberes locais e na construção coletiva de soluções.

Sua aplicação no município de Canguçu, por meio da Emater/RS – Ascar, evidencia seu potencial para gerar resultados concretos no fortalecimento da agricultura familiar, na organização social e no planejamento participativo. A metodologia demonstra ser eficaz para incluir grupos tradicionalmente excluídos, como mulheres, jovens, povos indígenas e de matriz quilombola e agricultores de base familiar nos processos de diagnóstico e tomada de decisão.

A principal contribuição deste estudo é reafirmar o DRP como instrumento pedagógico, técnico e político, capaz de integrar os diversos atores sociais em torno

de um projeto comum de desenvolvimento. É preciso ampliar sua incorporação nas políticas públicas, reconhecendo-o como ferramenta de justiça social e protagonismo rural, ressaltando seu caráter minucioso e dependente da gestão governamental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. R.; CASTRO, J. S. **Metodologias participativas no meio rural: desafios e contribuições para o desenvolvimento sustentável.** Cadernos de Desenvolvimento, v. 12, n. 23, p. 89–103, 2017. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater. Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CHAMBERS, R. **The origins and practice of participatory rural appraisal.** World Development, v. 22, n. 7, p. 953–969, 1994. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X94901414>. DOI: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(94\)90141-4](https://doi.org/10.1016/0305-750X(94)90141-4). Acesso em: 7 jul. 2025.

EMATER/RS-ASCAR. **Beneficiários do Programa Fomento às Atividades são capacitados em Canguçu.** Página Rural, 2024. Disponível em: <https://www.paginarural.com.br/noticia/316888>. Acesso em: 9 jul. 2025.

EMATER/RS-ASCAR. **Relatório da Emater/RS-Ascar de Canguçu aponta mais de 2,3 mil famílias atendidas em 2023.** Canguçu: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/6712>. Acesso em: 9 jul. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

REPENSAR DA EMATER. **Seminário estadual de avaliação e planejamento da Emater/RS-Ascar.** Porto Alegre: Emater/RS, 2023. Disponível em: <https://repensardaemater.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Recuperação Socioprodutiva e Resiliência Climática da Agricultura Familiar.** Secretaria de Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: SDR, 2025. Disponível em: <https://sdr.rs.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SILVA, R. A.; NASCIMENTO, A. R. **Diagnóstico Rural Participativo:** teoria e prática no contexto da agricultura familiar. Revista Extensão Rural, v. 22, n. 1, p. 45–58, 2015. Acesso em: 9 jul. 2025

VERDEJO, T. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.